

Prática pedagógica das professoras da educação infantil no município de Paragominas/PA

Pedagogical practice of early childhood teachers in the municipality of Paragominas/PA

 Francisca Janice Silva *
Tânia Regina Lobato dos Santos **

Recebido em: 30 mar. 2023
Aprovado em: 22 maio 2023

Resumo: O artigo tem como objetivo refletir sobre a prática pedagógica de professores da Educação Infantil, em relação às suas atitudes e compromisso acerca do trabalho realizado no âmbito do espaço educativo desta etapa escolar da Educação Básica, buscando compreender as percepções das professoras da rede pública municipal de Paragominas – PA, relacionando a teoria com a sua prática. É uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como *lócus* quatro escolas de Educação Infantil. Para a realização dessa pesquisa foi feito levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo (entrevistas), as quais contribuíram para conhecer as percepções, atitudes e aspectos subjetivos dos participantes da pesquisa. Realizamos pesquisa bibliográfica a partir de autores que discutem a temática em referência e documental partindo da análise dos documentos da Secretaria Municipal de Educação e como procedimentos metodológicos foram realizadas entrevistas com as professoras da Educação Infantil, com o intuito de investigar a situação proposta. A análise do *corpus* evidenciou a prática pedagógica como uma tarefa complexa, ao considerar os diversos fatores que perpassam essa atividade, quais sejam: organização do planejamento escolar, metodologia, avaliação dentre outros elementos que fazem parte do processo educacional. Os resultados evidenciaram que as professoras da Educação Infantil têm compreensão que a prática pedagógica precisa ser fundamentada em conhecimentos teórico-prático e pautada em brincadeiras e vivências das crianças, consubstanciada também por um “aparente” conhecimento acerca dos documentos de normatização acerca da Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Professora de Educação Infantil. Prática Pedagógica.

Abstract: The article aims to reflect on the pedagogical practice of Early Childhood Education teachers, in relation to their attitudes and commitment to the work carried out within the scope of the educational space of this school stage of Basic Education, seeking to understand the perceptions of teachers from the municipal public network of Paragominas – PA, relating theory to practice. It is a research with a qualitative approach, having as locus four schools of Early Childhood Education. To carry out this research, a bibliographical and documental survey and field research (interviews) were carried out, which contributed to knowing the perceptions, attitudes and subjective aspects of the research participants. We carried out a bibliographical research based on authors who discuss the theme in reference and documents, based on the analysis of documents from the Municipal Department of Education and, as methodological procedures, interviews were carried out with teachers of Early Childhood Education, with the aim of investigating the proposed situation. The analysis of the corpus showed the pedagogical practice as a complex task, when considering the different factors that pervade this activity, namely: organization of school planning, methodology, evaluation, among other elements that are part of the educational process. The results showed that the kindergarten teachers understand that the pedagogical practice needs to be based on theoretical-practical knowledge and guided by games and children’s experiences, also substantiated by an “apparent” knowledge about the standardization documents about kindergarten.

Keywords: Early Childhood Education. Early Childhood Education Teacher. Pedagogical Practice.

* Francisca Janice Silva é doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Pará – UEPA; mestre em Educação pela mesma Universidade; licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará – UFPA; especialista em Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional pela UFPA. Professora da Rede Pública de ensino no Município de Paragominas/PA. Membro do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Educação e Desigualdades – LEPED, da UFPA. Contato: janilcesilvapgm@gmail.com.

** Tânia Regina Lobato dos Santos é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1983), mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998) e doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Estágio de Pós-Doutorado na PUC-RIO (2010). Professora Titular da Universidade do Estado do Pará do Curso de Pedagogia, do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação CCSE-UEPA.

Introdução

Nos últimos tempos, a prática pedagógica, tem sido alvo de grande interesse por parte dos pesquisadores da área da educação, face à falta de compreensão acerca da diferença entre prática educativa e prática pedagógica, na maioria das vezes, os termos têm sido utilizados como sinônimos.

As práticas pedagógicas se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais requeridas por uma dada comunidade social. Certeau (1994) sabiamente afirma que as práticas nunca são totalmente reflexos de imposições – elas reagem, respondem, falam e transgridem. Nesse sentido, elas enfrentam, em sua construção, um dilema essencial: sua representatividade e seu valor advêm de pactos sociais, de negociações e deliberações com um coletivo, se organizam e se desenvolvem por adesão, por negociação, ou, ainda, por imposição, sendo necessário destacar que cada profissional que a desenvolve possui características pessoais próprias que interferem na construção do seu fazer pedagógico.

Desta forma, as práticas são constituídas de singularidades e construídas num conjunto de situações experienciais, profissionais, sociais e políticas, todavia, são executadas em instituição social específica, que faz parte de um sistema educacional, em decorrência disso é regulada por normas, favorecendo estudos que possibilita acesso e verificação do desenvolvimento destas práticas no âmbito educativo e em quereferencial elas se sustentam.

Segundo Libâneo (1994), as práticas educativas é que verdadeiramente podem determinar as ações da escola e seu comprometimento social com a transformação. Afirma, ainda, que a pedagogia investiga estas finalidades da educação na sociedade e a sua inserção na mesma.

Nesse pressuposto, o presente artigo tem como objetivo central elucidar as práticas pedagógicas desenvolvidas por professoras da Educação Infantil no âmbito das escolas da rede pública municipal de Paragominas-PA, a qual será norteadada pelo seguinte questionamento: Como os conhecimentos e atitudes das professoras no espaço educativo, contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças da Educação Infantil? Acreditamos que, em grande parte, o desenvolvimento da aprendizagem da criança está relacionado com a organização do trabalho pedagógico do professor, este deve ser pautado nos princípios da didática, dentre eles encontram-se a organização do tempo didático do professor, planejamento, metodologia avaliação, dentre outros elementos que fazem parte do processo educacional.

Para responder a problemática do presente estudo, visando alcançar os objetivos pretendidos foi

desenvolvida a pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas com professoras de quatro escolas da rede pública municipal. Esse tipo de pesquisa se constitui em uma investigação científica que busca, a partir do estudo planejado em fontes primárias, produções escritas que tratam da mesma temática e da coleta de dados, dar respostas a indagações que são consideradas importantes para determinada área do conhecimento.

A pesquisa bibliográfica colabora efetivamente para a ampliação de saberes, sejam eles de natureza teórica ou prática, uma vez que possibilita a sistematização de conhecimentos que outros pesquisadores, por meio de suas investigações, conseguiram analisar, organizar e disponibilizar para que outros interessados tenham acesso e deles façam uso. A pesquisa bibliográfica realizada se baseou, dentre outros, nos estudos de Freire (1979), Rousseau (1995), Ariés (1981), Sacristán (1999), Franco (2015), Charlot (2005), Oliveira (2010), Freitas (2004). Sendo que André (2005) e Yin (2005) contribuíram para construção metodológica da pesquisa.

Marco teórico - o contexto da educação infantil

No Brasil, o contexto da infância historicamente foi assinalado por situações de extrema pobreza e de abandono, o olhar do adulto em relação à criança sempre foi marcado pela indiferença e insensibilidade. Assim, desde os tempos passados até os dias atuais, longas discussões têm sido travadas em torno da concepção de infância, refletindo claramente na forma de atendimento oportunizado às crianças nas instituições públicas. Os documentos escritos por teóricos da história da humanidade, como Platão (1996), Comenius, (2006), Rousseau (1995) e Ariès (1981), evidenciam a forma como as crianças eram tratadas e vistas desde os tempos mais remotos dentro da sociedade, a partir de diferentes concepções de infância estabelecidas e vivenciadas em épocas diferentes.

Nesta perspectiva, olhar para os relatos históricos e sociais possibilita o desenvolvimento de uma visão holística sobre a infância, tendo em vista que durante muito tempo as crianças não foram consideradas sujeitos de direitos, logo viviam à margem de tudo e sem acesso aos bens materiais e culturais.

Neste contexto, merece destaque também as Diretrizes curriculares para a Educação Infantil (2010), que traçam os princípios, quais sejam: éticos, políticos e estéticos que norteiam o trabalho pedagógico a ser desenvolvido com as crianças imersas na Educação Infantil, os quais devem ser conhecidos pelos docentes, para melhor planejar e fundamentar a sua prática pedagógica.

Tendo como base teórica as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil – DCNEI (2010), considera-se a criança como sujeito social, histórico e cultural, ou seja, sujeito de direitos que interage com o mundo nas práticas cotidianas, vivencia e constrói sua identidade pessoal e coletiva. Essa assertiva está embasada nos pressupostos das DCNEI por afirmar que criança é:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (DCNEI, 2010).

Consoante ao que preveem as Diretrizes Curriculares, observa que criança é um ser que brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e sobre a sociedade, desta maneira produz cultura e emite opinião do e no mundo.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (1996) a Educação Infantil é compreendida como primeira etapa da educação básica, que tem como finalidade garantir o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família e da comunidade. Para maior compreensão, essa etapa foi dividida em creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos), sendo o brincar, o cuidar e o educar os seus pilares de sustentação. O brincar é a forma de expressão mais significativa da criança, o educar e o cuidar atuam juntos, de modo que se percebe sua inseparabilidade, como pontuam as DCNEI (2010), “o educar e o cuidar devem caminhar juntos, considerando de forma democrática as diferenças individuais e, ao mesmo tempo, a natureza complexa da criança”.

Assim, é preciso considerar que educar, cuidar e brincar na Educação Infantil são indissociáveis e precisam andar juntos e bem articulados para favorecer o desenvolvimento e assimilação de conhecimento da criança em relação ao eu, ao outro e ao mundo. Há uma necessidade urgente de transformações nas políticas educacionais voltadas para a Educação Infantil, principalmente no que diz respeito à formação de professores, com vistas a melhoria da prática pedagógica tendo como foco um olhar diferenciado para a criança, por esta ser sujeito de direito, produtora de cultura em diferentes tempos e espaços, visto que a infância é uma construção histórica que, para ser reconhecida com tal, enfrentou (e ainda enfrenta) grandes desafios, havendo necessidade de uma prática pautada nas vivências das crianças, quais sejam: em brincadeiras, jogos, atividades lúdicas que possibilite uma aprendizagem significativa, o que exige postura e atitude diferenciada em relação à prática pedagógica do professor devendo esta ser encharcada de comprometimento e de politicidade.

Prática pedagógica das professoras da educação infantil de Paragominas/ PA

A prática de sala de aula está relacionada com o fazer pedagógico desenvolvido pelo docente no contexto escolar, para isso conta com o auxílio da didática a fim de obter condições necessárias ao desenvolvimento do processo educacional. Nessa direção, as práticas pedagógicas se organizam para concretizar expectativas voltadas à aprendizagem das crianças.

Muitas são as concepções acerca de prática pedagógica utilizadas ultimamente no contexto educacional, nesse sentido, as DCNEIs apontam concepções atinentes à Educação Infantil que favorecem a mediação do trabalho do professor, garantindo experiências significativas para além do espaço escolar, quais sejam:

- Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;
- Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;
- Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;
- Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade;
- Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;
- Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da

sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais (DCNEIs, 2010).

O trabalho docente é mediado pela prática pedagógica que se faz e se refaz cotidianamente a partir das interações, inserção de novos conhecimentos, novas experiências e outros saberes de tal forma que busca sempre partir do contexto social da criança, favorecendo autonomia, criação e a criatividade da mesma. De acordo com Brito (2006, p. 51), “[...] o pensamento do professor constrói-se, pois, com base em suas experiências individuais e nas trocas e interações com seus pares”. É nesse sentido que os saberes docentes se incorporam à prática pedagógica, proporcionando ao professor mais clareza e mais segurança para demandar não só o ensino, mas também suas trajetórias de desenvolvimento profissional, a fim de assegurar a consolidação do processo de ensino e aprendizagem.

Análise feita em relação da prática pedagógica das professoras da educação infantil do município de Paragominas, localizado ao nordeste do Estado do Pará, a 310 km da capital de Belém, evidencia que uma boa prática precisa ser pautada em teorias a fim de que possa embasar o conhecimento professor para assim, desenvolver uma prática pedagógica consciente e fundamentada em teorias. Sobre isso, Violeta se posiciona ao afirmar: “[...] é preciso estudar os teóricos, eles embasam o nosso conhecimento para se efetivar na prática, é necessário estudar para gente aprender mais e trazer para sala de aula e dar uma boa aula”.

Neste contexto, o pensamento de Violeta converge com uma das categorias freireana, qual seja: comprometimento, por assinalar que: “O compromisso seria uma palavra oca, uma abstração, se não envolvesse a decisão lúcida e profunda de quem o assume. Se não se desse no plano do concreto” (FREIRE, 1983, p.15). Assim sendo, tomando como referência a fala de Violeta, observa-se que a mesma assume diante do ato de ensinar compromisso e respeito frente ao outro, uma vez que se preocupa em buscar na literatura o que vem se discutindo para a educação, revelando com isso uma atitude comprometida com a melhoria da prática pedagógica desenvolvida no espaço escolar.

Deste modo, comprometimento é uma categoria freireana que coaduna com a prática e ação e o pensamento de Violeta, pois, de acordo de Freire a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido, está em sua capacidade de agir e refletir. “É exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, a qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis” (FREIRE, 1983, p.17).

Para maior compreensão sobre a importância da prática no processo de aprendizagem é preciso fazer

a diferenciação entre prática pedagógica, educativa e docente, uma forma de esclarecer melhor aos leitores sobre a diferença que há entre elas, pois, na maior parte das vezes, são confundidas e acabam sendo denominadas de forma equivocada.

Franco (2015) ressalta que, no exercício da sua prática docente, o professor pode ou não se exercitar pedagogicamente. Para ele, uma prática docente só se torna pedagógica quando atinge dois movimentos: o da reflexão crítica de sua prática e o da consciência das intencionalidades que presidem suas práticas.

Nesse sentido, desenvolver práticas pedagógicas carregadas de sentido e de intencionalidades é necessário, a fim de alcançar os meios e os fins propostos no processo educacional, desta forma, politicidade é uma categoria freireana que se faz presente na prática docente, para possibilitar ao educando a compreensão de que a educação é uma ação política que possibilita transformar o sonho como atitude para educandos e educadores em realidade possível. Sobre politicidade, Freire (1997) assinala:

É na diretividade da educação, esta vocação que ela tem, como ação especificamente humana, de endereçar-se até sonhos, ideais, utopias e objetivos, que se acha o que venho chamando politicidade da educação. A qualidade de ser política, inerente à sua natureza (FREIRE, 1997, p. 110).

Segundo Sacristán (1999, p. 74), a prática pedagógica deve ser entendida como “[...] toda a bagagem cultural consolidada acerca da atividade educativa, que denominamos propriamente como prática ou cultura sobre a prática”, o que significa dizer que é no espaço da escola, ao interagir e agir, que o professor ensina e aprende a ser professor, ou seja, a base do conhecimento profissional dele se adquire na instituição escolar por meio das experiências adquiridas ao longo do processo de ensino e de aprendizagem. Isso é o que Sacristán (1999) chama de prática educativa.

Sobre a prática pedagógica, Orquídea 1 diz:

A nossa prática pedagógica precisa contemplar a necessidade da criança, porque, muitas vezes, elas que instigam a buscar mais e mais, ficam por ali, isolada, no momento das atividades e a gente tem que observar cada criança, como ela vai se desenvolvendo e adquirindo aquele conhecimento na sala de aula. (ORQUÍDEA 1).

Por meio desse relato, compreende-se que uma prática pedagógica pautada na observação possibilita ao professor avaliar a criança em todos os seus aspectos, além de valorizar as aprendizagens alcançadas por ela, desde a aquisição do conhecimento simples ao mais complexo. Isso só é possível porque, a partir da observação, ele tem condições de refletir sobre sua prática e elaborar ou ressignificar sua prática profissional. A

respeito dessa afirmação, Violeta¹ corrobora: “[...] é preciso estudar os teóricos, eles embasam o nosso conhecimento para se efetivar na prática, é necessário estudar para a gente aprender mais e trazer para a sala de aula e dar uma boa aula”. Por meio dessa fala a professora manifesta a preocupação de validar sua ação pedagógica a partir dos conhecimentos teóricos de autores que refletem cerca do processo de aprendizagem das crianças de Educação Infantil.

De acordo com Charlot (2005), o saber da prática profissional é um saber que geralmente o docente possui e, na maior parte das vezes, nem se dá conta, esse saber só se mostra na prática, quando ele age e não fala sobre isso, pois as relações da prática pedagógica envolvem muito conhecimento e experiência pessoal.

Dessa forma, essa prática só pode ser modificada a partir de interação, partilha, análise, discussão e reflexão. Para isso, deve estar associada aos investimentos na formação do professor e de outros profissionais que atuam no processo educacional para que possa propor situações problematizadoras, considerando sua experiência e confrontando o cotidiano com o saber escolar, assim contribuindo com o crescimento da criança.

Sobre a inserção de práticas pedagógicas das vivências e da própria realidade da criança, Violeta⁸ ressalta: “[...] a gente tem sempre que envolver as crianças nas atividades a partir das vivências delas, com brincadeiras e jogos a criança pequena aprende mais, pois já faz parte do universo dela”. A fala da participante da pesquisa contribui para o entendimento de que as brincadeiras e jogos são práticas relevantes no processo de ensino e aprendizagem, podendo ser utilizadas pelo professor como boas estratégias para ajudar a criança a se apropriar das aprendizagens de forma lúdica e prazerosa, sem exaustão.

As participantes da pesquisa enfatizam que a inserção de variadas práticas no contexto da sala de aula é condição indispensável para a aprendizagem da criança, bem como afirmam que buscam nas brincadeiras, nos jogos e em outras atividades que envolvem a ludicidade, o apoio para desenvolver o trabalho pedagógico com as crianças, a fim de que estas possam se apropriar dos conhecimentos propostos na EI, garantindo o seu direito de aprendizagem, conforme explicitado nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.

Educação infantil em Paragominas/PA: formação continuada

A Política Nacional de Formação de Professores voltada à Educação Infantil - EI refletiu substancialmente por todo o país e em Paragominas não foi diferente. No entanto, tal política entrou em vigor de forma tardia, visto que a LDBEN foi aprovada no ano de 1996

e, somente em 2008, o município iniciou o processo de formação do profissional de EI. O reconhecimento dessa como uma política pública necessária e indispensável ao desenvolvimento da prática pedagógica do professor, coordenador pedagógico e gestor de EI só acontece porque, depois de algum tempo investindo no Fundamental, percebe-se que, para melhorar os índices educacionais, a solução é apostar na formação desses profissionais. Nesse sentido, o processo de formação do profissional de Ensino Fundamental em Paragominas se deu muito antes do ano de 2008, por conta da instalação da mineradora Companhia Vale do Rio Doce – CRVD passando mais tarde a se chamar de mineradora Hydro de Paragominas.

Numa tentativa de amenizar os prejuízos sociais e ambientais causados à população, devido à exploração desordenada do minério de bauxita, a CVRD firma contrato de exploração com o governo municipal propondo alguns investimentos, dentre eles destaca-se o educacional, uma maneira encontrada para mascarar os problemas e impactos advindos da exploração do minério sem ter que dar muitas explicações à sociedade, já que vinha “fazendo sua parte”, melhor dizendo, contribuindo com o social.

Nesse sentido, considerando a trajetória histórica da EI no Brasil, sabe-se que esta etapa nunca foi prioridade dentro da educação básica. Em Paragominas, essa situação ficou evidente quando houve a implantação do projeto de mineração da CVRD, pois o seguimento beneficiado foi o Ensino Fundamental. Sob a alegação do recurso não ser suficiente para atender todas as Etapas da educação do município, houve necessidade de se fazer a escolha entre os que fariam parte do processo de formação continuada, assim, a SEMEC, frente ao acordo celebrado entre as partes, decidiu aplicar o recurso apenas no processo formativo dos professores do Fundamental, uma alternativa encontrada para reduzir os altos índices de reprovação no ensino obrigatório, na época composto de oito séries.

A atitude mencionada anteriormente reflete principalmente na falta de compreensão sobre a necessidade de qualificação para o profissional de EI, por ter ficado à margem desse processo, além de suscitar as seguintes questões: como foi feito o acordo entre instituições parceiras? Será que havia interesse em contribuir de fato com as reais necessidades da sociedade? No decorrer do estudo, tenta-se refletir também sobre essas questões.

Após anos adotando medidas de correção de problemas persistentes e tendo uma compreensão maior sobre o processo de ensino e aprendizagem, a Secretaria Municipal de Educação-SEMEC resolve modificar suas estratégias: continua investindo na formação do professor do ensino Fundamental, mas, ampliou essa política para os professores também de EI e para outros

profissionais que também fazem parte desse processo, quais sejam: gestores e coordenadores pedagógicos, das escolas públicas municipais.

Em Paragominas, histórica e culturalmente as crianças de quatro, cinco e seis anos de idade eram atendidas em pré-escolas, coordenadas pela SEMEC e com apoio financeiro e assistencialista da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS na perspectiva apenas do cuidar. Em meados de 2004, a SEMEC inicia o processo de compreensão da garantia do direito à educação a todas as crianças da rede pública de ensino, focando no desenvolvimento integral da criança e na indivisibilidade de suas dimensões afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural, conforme o que estabelecem as DCNEI, assim, reconhecendo a criança como ator social, que tem o brincar e as interações como as principais formas de se relacionar com o mundo. Tal compreensão se deu, principalmente, a partir da implementação da política de formação do Coordenador de EI, visando a sua qualificação e a compreensão do seu papel de acompanhar, sistematizar e planejar as ações de formação e pedagógicas da rede; a partir disso, surge a necessidade de destinar maiores investimentos à formação desses profissionais.

Em 2008, a empresa Comunidade Educativa (CE-DAC), a mesma que desenvolvia a formação continuada dos profissionais do Fundamental, assume a formação dos profissionais da Educação Infantil, após vencer processo licitatório da Prefeitura. Vale lembrar que a empresa possui sede em São Paulo, porém se estabelece em Paragominas com o intuito de mapear os problemas educacionais para compreender o contexto sócio, político e cultural em que as crianças estão inseridas e buscar a elaboração de um plano de formação para atender as necessidades delas.

As ações de formação aconteceram sem interrupções por cerca de um ano, mas, em 2009, a então CVRD suspendeu o recurso e somente em 2011, através de recurso próprio, a SEMEC deu continuidade às ações, priorizando, contudo, o conteúdo referente às brincadeiras, já que foi um dos conteúdos bastante debatidos e identificados como necessário ao desenvolvimento infantil. Conforme ressalta Oliveira (2010):

[...] as crianças necessitam envolver-se com diferentes linguagens e valorizar o lúdico, as brincadeiras, as culturas infantis. Não se trata assim de transmitir à criança uma cultura considerada pronta, mas de oferecer condições para ela se apropriar de determinadas aprendizagens que lhe promovem o desenvolvimento de formas de agir, sentir e pensar que são marcantes em um momento histórico. (OLIVEIRA, 2010, p. 6).

Sendo assim, a brincadeira é um direito de aprendizagem indispensável ao desenvolvimento da criança, porém, em Paragominas, tal linguagem ainda não era

tão priorizada na prática pedagógica do professor, situação que mereceu atenção no processo de formação continuada, já que a formação inicial não dava conta de assegurar esse direito.

No ano de 2010, a Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, convencida de que o caminho era de fato investir na Educação Infantil, atendendo a alguns apelos da sociedade civil, amplia o atendimento para incluir as crianças de dois a três anos de idade no sistema educacional, mesmo que de forma lenta, pois inicia em apenas uma escola da rede pública, passando a ampliar gradativamente no decorrer dos últimos anos.

Com isso, fez-se necessário investir mais ainda na formação continuada do profissional já que a formação inicial do professor da Educação Infantil, na maioria das vezes, não dava conta de responder pelas aprendizagens da criança, dada as suas especificidades. Freitas (2004, p. 98) enfatiza que “(...) os professores das séries iniciais e da educação infantil percorrem verdadeira maratona pelo diploma, nos últimos anos, para cumprir tal exigência, em cursos, rápidos, aligeirados, de qualidade duvidosa, em grande parte paga por eles”. Diante disso, nota-se que muitos cursos foram criados apenas para cumprimento de uma legislação que pouco estava preocupada com a formação do profissional da educação.

Assim, em 2016, por meio de acompanhamento pedagógico em escolas de Educação Infantil, a SEMEC reconhece a precariedade da formação inicial dos professores da rede pública, principalmente dos que atuavam com as crianças de três anos de idade, nesse sentido, decide promover formação continuada para todos os profissionais, apoiando-se no recurso do Programa Brasil Carinhoso, destinado aos municípios como investimento na melhoria do atendimento a creche e pré-escola.

Desta maneira, a formação foi sistematizada com a finalidade de atender dois grandes aspectos, a saber: discutir e refletir acerca dos direitos de aprendizagem das crianças de três a cinco anos de idade, com foco nos campos de experiências e nos diferentes tipos de linguagens, conforme enfatizado pelos documentos norteadores da política educacional destinada à Educação Infantil, também para elaborar as Orientações Curriculares para a Educação Infantil de Paragominas, conhecida como Proposta Curricular.

As DCNEI recomendam aos municípios do país toda a construção da proposta curricular como um mecanismo de garantia ao acesso, apropriação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens pertinentes à criança. Assim, Paragominas, atendendo a essa recomendação, construiu seu currículo, porém optou por nomeá-lo como Orientações Curriculares, por compreender que é um documento inacabado, propenso a reflexões e mudanças sempre que assim for necessário, já que há o entendimento de que a criança é o centro

do processo educativo, sendo assim a educação é um processo histórico surgida das inter-relações do ser humano com o meio.

De acordo com Freire, a educação não ocorre fora do contexto da sociedade, a qual se constitui em condição essencial a existência humana, acrescenta que: “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados” (FREIRE, 1983a, p. 61). Por meio desse pensamento, situa o homem como um ser eminentemente social, historicamente temporalizado, que na sua condição ontológica de ser, se reconhece como sujeito, se desenvolve a partir das relações estabelecidas com o mundo.

As reflexões freireanas remetem à compreensão que é graças à sociedade que nós nos tornamos humanos, ficando evidente que a existência humana é resultado da relação social e cultural produzida com o meio, cabendo ao homem a capacidade de transformar a sociedade de acordo com suas necessidades.

Assim, em Paragominas a Educação Infantil assumiu novos rumos, sendo reconhecida como um dos direitos da criança e tornando-se mais expressiva e explícita no contexto das Políticas Públicas Educacionais como primeira etapa da Educação Básica que é “um dever do Estado e da família, sendo promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, como expresso através do art. 205 da Constituição Federal de 1988.

Compreender a criança como sujeito de direito, como cidadã, é reconhecê-la com absoluta prioridade, reconhecendo seus direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, direitos garantidos a todo cidadão por meio da Constituição Federal (1988), do ECA (1990) e, posteriormente, da LDBEN (BRASIL, 1996).

Dessa forma, El deve compreender a criança como centro do processo educativo, respeitando seu desenvolvimento, o modo como ela aprende, suas experiências, os seus ritmos individuais, vivências pessoais e experiências coletivas com outras crianças e adultos.

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a criança tem o direito de ser educada e cuidada em um ambiente acolhedor, que favoreça a construção da sua identidade por meio das interações com o seu meio social. Portanto, a escola de El é um universo social diferente da família, favorecendo novas interações para ampliar os conhecimentos a respeito de si e dos outros, do meio, do conhecimento historicamente construído pela humanidade.

Além disso, a escola por ser um ambiente farto em interação social, deve acolher as particularidades de cada indivíduo, bem como promover o reconhecimento das diversidades, aceitando-as e respeitando-as de forma a possibilitar a formação integral e plena da criança para viver na sociedade, assim, um currículo que agregue a diversidade de conhecimento e de cultura presente na escola é fundamenta à formação cidadã do indivíduo, Desse modo, de acordo com as DCNEI, cabe aos municípios o desafio de dar autonomia às escolas para criar seus currículos, a partir das necessidades e realidades vividas no contexto escolar.

Metodologia

Este estudo parte de uma análise bibliográfica e documental, centrada em uma abordagem qualitativa, a partir das reflexões de André (2005), a qual contribui “para uma coleta de dados ampla e permite apreender o caráter complexo e multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural” (ANDRÉ, 2005, p. 66). Esse tipo de investigação favorece a compreensão dos fenômenos em estudo a partir deles mesmo, tendo em vista conhecer suas particularidades.

A abordagem foi realizada por meio de um estudo de caso, por “[...] sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional” (YIN, 2005, p. 26). Assim, a pesquisa se deu por meio da interação, na vivência com a realidade investigada, bem como no diálogo com os sujeitos das quatro escolas participantes, quais foram: professoras, gestores e coordenadoras pedagógicas, buscando uma maior compreensão acerca do fenômeno.

Para a pesquisa bibliográfica tomou-se como referência dissertações, teses e artigos relacionados com a formação continuada considerando o cenário das políticas públicas, tendo como foco central a produção pensada para educação infantil. Realizou-se também levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meio de escritos e meios eletrônicos com o objetivo de recolher informação mais precisa e conhecimentos prévios sobre a problemática. Foi realizada, ainda, a análise de documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Paragominas/PA, a saber: Proposta Curricular para Educação Infantil, portfólio com diversos documentos, dentre outros, além disso, foi feita análise das entrevistas coletadas junto às professoras de quatro escolas de educação infantil da rede pública de ensino que fizeram parte desse estudo, além do aporte teórico de autores que discute a problemática em referência que serviu de base para essa pesquisa.

Discussões e resultados

As falas das participantes das quatro escolas que fizeram parte da investigação sobre prática pedagógica das professoras da educação infantil de Paragominas/PA, coletadas por meio de entrevistas, revelam que a inserção de variadas práticas no contexto da sala de aula, envolvendo jogos, brincadeiras e atividades lúdicas favorecem aprendizagem significativa à criança imersa nessa etapa da educação básica afirmam, ainda, que as práticas devem ser pautadas na observação cotidiana da criança, devendo tomar como base os conhecimentos de teóricos que discutem a temática, a fim de fundamentar a sua prática em sala de aula.

Nesse pressuposto, a visão das professoras corrobora o que prevê a legislação educacional vigente, LDB 9.394/96, bem como dialoga claramente com as Orientações Curriculares para Educação Infantil, a qual anuncia que as atividades pedagógicas desenvolvidas com as crianças que fazem parte dessa etapa devem ser pautadas em dois eixos, quais sejam: brincadeiras e interações, visando o desenvolvimento de aprendizagem significativa e considerando sempre a realidade social e as vivências das crianças da Educação Infantil.

O estudo demonstrou também que a qualidade da prática pedagógica precisa de mais investimento em políticas públicas, com foco na formação do professor para subsidiar o trabalho no âmbito do espaço educativo, com vistas à garantia do bom andamento do processo educacional. Por outro lado, evidencia a preocupação das professoras no que se refere à inserção de práticas qualificadas para favorecer a aprendizagem das crianças imersas nas escolas da Educação Infantil de Paragominas/PA.

Considerações finais

O estudo em referência teve como objeto de estudo a prática pedagógica das professoras da Educação Infantil de Paragominas/PA, tendo como objetivo central

refletir sobre a prática pedagógica das professoras da Educação Infantil, levando em conta as suas atitudes e compromisso acerca do trabalho realizado no âmbito do espaço educativo com essa etapa escolar, buscando compreender as percepções das professoras, relacionando a teoria com a sua prática.

A análise das falas das professoras acerca o trabalho desenvolvido no âmbito da Educação Infantil demonstrou que elas têm clareza da complexidade do trabalho pedagógico a ser garantido com as crianças que fazem parte desta etapa escolar, inclusive evidenciando a preocupação em inserir atividades pautadas em brincadeiras, jogos e atividades lúdicas, tomando por base os eixos dois eixos das Diretrizes Curriculares que pautam o trabalho pedagógico do professor, a saber: interações e brincadeiras, visando o alcance da aprendizagem da criança.

Os sujeitos da pesquisa revelaram também, que a prática pedagógica deve estar fundamentada em conhecimento teórico, bem como na observação cotidiana e nas vivências das crianças, de forma que assegure o processo educacional com sentido e com foco na sua realidade social.

Nessa perspectiva, compreende-se que a prática pedagógica do professor não é neutra, é uma tarefa que carece de política pública e de investimento em formação continuada adequada, para efetivar a qualificação do processo educacional, em especial na Educação Infantil, devido as suas particularidades que requer um olhar distinto.

O estudo tem sua relevância e contribui com a ampliação da produção na área, além de que levanta questões pertinentes que refletem na prática pedagógica do professor, quais sejam: garantia de planejamento para a elaboração de atividades pedagógicas significativas, bem como formação continuada adequada a essa etapa escolar que possibilite a qualificação das práticas dos professores. Esses aspectos consistem em condições essenciais para a qualidade do processo de aprendizagem das crianças no âmbito da Educação Infantil. ■

Referências

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Afiliada, 1981.
- BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases na Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- BRITO, R. M. de L. **Desenvolvimento de competências profissionais: as incoerências de um discurso**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte, 2006.

- CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização:** questões para a educação hoje. Porto Alegre: ArtMed, 2005.
- FRANCO, M. A. S. **Práticas pedagógicas de ensinar-aprender:** por entre resistências e resignações. Disponível em: <https://www.scielo.br/jep/a/gd7J5ZhhMMcbJf9FtKdYCTB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 22 de jun. 2022.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1997.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREITAS, H. C. L. Novas política de formação: da concepção negada à concepção consentida. In: BARBOSA. R. L. L. (Org.). **Trajetória e perspectivas da formação de educadores.** São Paulo: UNESP, 2004.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.
- OLIVEIRA, A. F. de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Fronteiras da educação:** tecnologias e políticas. Goiânia: PUC Goiás, 2010.
- PLATÃO. **A República.** Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian, 1996.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SACRISTÁN, G. J. **Poderes instáveis em educação.** Porto Alegre: ARTMED Sul, 1999.
- YIN, R. K. **Estudo de caso:** Planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.